



Michelle fecha com Flávio e pede votos

Clima ameno pode ser percebido em “making of” de gravação juntos, quando brincam e gargalham. Ex-primeira-dama concilia candidatura pelo DF e cuidados com marido

» DANANDRA ROCHA
» MARIA BEATRIZ GIUSTI*

A reaproximação entre Michelle e Flávio Bolsonaro ganhou força nos últimos dias e já se traduz em atuação conjunta na campanha presidencial. Depois de um rompimento que expôs publicamente as divergências entre os dois, a ex-primeira-dama voltou a gravar ao lado do enteado e passou a pedir votos para sua candidatura ao Palácio do Planalto.

Michelle também concentra esforços na própria disputa pelo Senado pelo Distrito Federal e mantém a rotina de cuidados com o ex-presidente Jair Bolsonaro, em prisão domiciliar. Interlocutores da campanha ouvidos pelo **Correio** afirmam que, neste momento, “ela está focada na candidatura e no marido”. O presidente do PL, Valdemar Costa Neto, confirmou, porém, que a legenda pediu autorização à Justiça para que outra pessoa possa assumir os cuidados médicos do ex-presidente e liberar a ex-primeira-dama para a campanha.

A mudança de postura ocorre depois de semanas de tensão entre os dois. Uma fonte próxima a Michelle relatou ao **Correio** que, após o episódio em que afirmou ter sido “humilhada” e maltratada por Flávio, ela não queria aproximação com o senador, nem mesmo para apoiá-lo eleitoralmente. Segundo essa fonte, o pedido de desculpas feito pelo candidato à Presidência e, sobretudo, a preocupação com Bolsonaro foram decisivos para a retomada do contato.

“Algo maior”

A avaliação entre aliados é de que uma eventual vitória de Flávio poderia criar condições políticas mais favoráveis para a defesa do ex-presidente, condenado a 27 anos e três meses de prisão por tentativa de golpe de Estado. Outra pessoa próxima a Michelle afirmou que ela estava magoada, mas que a desavença não seria permanente. “Ela compreendeu que é por algo maior”, disse a fonte ao **Correio**, acrescentando que ela “ajudará e muito Flávio Bolsonaro com o eleitorado feminino”.

A reconciliação teve participação de aliados próximos à ex-primeira-dama. A senadora Damares Alves (Republicanos-DF) e a governadora Celina Leão (PP) atuaram nos bastidores para preservar o diálogo e evitar que a crise provocasse uma ruptura definitiva. As duas convenceram Michelle a

Reproduções/Instagram pessoal



Flávio e Michelle brincam em gravação de vídeo de campanha...



...e descontração confirmaria que a crise entre eles passou

TSE restringe a atuação de Marçal

» PEDRO JOSÉ BORGES
» RAPHAELA PEIXOTO

O Tribunal Superior Eleitoral (TSE) decidiu, por unanimidade, ontem, restringir a participação de Pablo Marçal (PRTB) na disputa pela Presidência da República. Nesse período, o candidato não poderá receber recursos do fundo eleitoral, participar de debates nem aparecer no horário eleitoral gratuito no rádio e na tevê. A medida permanecerá em vigor até o julgamento do pedido apresentado pela Procuradoria-Geral Eleitoral (PGE).

A decisão foi motivada pela falta de comprovação da filiação de Pablo Marçal ao PRTB dentro do prazo exigido pela legislação eleitoral. A lei determina que a adesão partidária esteja aprovada e registrada nos sistemas oficiais pelo menos seis meses antes da eleição. O prazo terminou em 4 de abril.

Documentos da Justiça Eleitoral apontam, porém, que Marçal estava filiado ao União Brasil desde 6 de março de 2026. A contestação apresentada no processo aponta indícios de que ele mantinha vínculo

Instagram pessoal



Decisão do TSE caminha para impedir Marçal na disputa presidencial

com a legenda no período em que deveria estar filiado ao PRTB.

A relatora do caso, ministra Estela Aranha, destacou uma sequência de acontecimentos que, segundo ela, enfraquece a tese de filiação ao PRTB. Em 8 de abril, quatro dias após o encerramento do prazo legal, Marçal apareceu na propaganda gratuita do União Brasil afirmando ser integrante do partido. Quatro dias depois, em entrevista,

declarou: “Eu sou do União Brasil”.

A ministra também citou a Súmula 20 do TSE, segundo a qual documentos unilaterais, como fichas de filiação e declarações partidárias não são suficientes para comprovar juridicamente o vínculo com uma legenda. Para a relatora, existe o risco de utilização de recursos públicos e dos meios de propaganda eleitoral em benefício de uma candidatura que, por

permanecer no PL depois que ela deixou o comando nacional do PL Mulher.

Ao **Correio**, Damares afirmou acompanhar “com muita alegria” a reaproximação e disse que não ficou surpresa com o desfecho. “A família Bolsonaro é unida por propósitos, por princípios e pelo amor incondicional ao Brasil”, declarou. Para a senadora, Michelle é “uma mulher de Deus” e “uma força arrebatadora que arrasta multidões”, enquanto Flávio “tem sido um gigante” na defesa das pautas do grupo. “Ver os dois caminhando juntos, alinhados e de mãos dadas, é a prova de que a nossa base está mais forte, madura e preparada do que nunca”, afirmou.

A retomada avançou depois que Flávio pediu desculpas publicamente a Michelle, em julho. Ela aceitou o gesto e sinalizou disposição para voltar a atuar ao lado do enteado. O primeiro reencontro presencial ocorreu em agosto, durante gravações de material de campanha em Brasília. Na ocasião, Michelle afirmou que os dois haviam colocado “uma pedra” sobre o conflito.

Na quarta-feira, Michelle publicou um vídeo em que aparece ao lado de Flávio. Pelo “making of” da gravação que postou na conta no Instagram, o mal-estar com o filho 01 parece superado. Em vários momentos, ela e Flávio aparecem sorrindo e gargalhando com os erros ao falarem o roteiro. O clima é de descontração.

Ao **Correio**, Valdemar disse que a ex-primeira-dama “terá um papel fundamental na campanha” de Flávio. O líder da oposição no Congresso e candidato a deputado federal pelo PL-DF, Izalci Lucas, também celebrou a aproximação. “Sensacional. Ela está pedindo voto para o Flávio. Vamos ganhar no primeiro turno”, disse.

Debates

Valdemar, aliás, defendeu a realização de debates entre Flávio e Luiz Inácio Lula da Silva (PT). Segundo o presidente do PL, o interesse dos eleitores é pelas propostas dos dois. “Se ele (Flávio) for a um debate antes, só para promover um cidadão que está trabalhando contra ele, não é vantagem. Acho que só deve ir contra o Lula. O que realmente interessa ao brasileiro é Flávio e Lula, os dois nomes que estarão frente a frente na disputa pela Presidência”, disse, para acrescentar: “Não vejo vantagem em participar de debates que sirvam apenas para promover outros candidatos.”

*Estagiária sob supervisão de Fábio Grecchi

ora, apresenta questionamentos jurídicos sobre a regularidade da filiação partidária.

Na sessão, o vice-presidente do TSE, ministro André Mendonça, classificou os fundamentos jurídicos apresentados no processo como “bastante robustos”. E defendeu que o julgamento tenha tramitação rápida. Ele frisou ser necessário chegar a uma decisão definitiva para evitar que a candidatura permaneça sob questionamento no processo eleitoral.

O candidato do PL à Presidência da República, Flávio Bolsonaro, comentou a decisão do TSE e fez elogios a Marçal. “É uma pessoa já conhecida do grande público, aqui em São Paulo. É um cara do bem, é um cara preparado. Eu acho que ele é bem-intencionado e, assim, todo mundo aqui que está se unindo a favor do Brasil, a gente tem que abraçar”, declarou.

A equipe de Marçal espera que a decisão seja revista e que a candidatura possa seguir. A defesa informou que o corpo jurídico analisou os fundamentos da impugnação e da liminar.

NAS ENTRELINHAS

Por Luiz Carlos Azedo



luizazedo.df@dabr.com.br

STF entrou na eleição e pode sair dela com menos poderes

Não é apenas a nossa política externa que está na berlinda eleitoral, diante da escalada tarifária contra os produtos brasileiros e das interferências dos Estados Unidos na política brasileira. O protagonismo do Supremo Tribunal Federal (STF) também entrou na campanha presidencial e pode converter a eleição de outubro num plebiscito informal sobre os limites do Judiciário. Não se trata apenas das propostas de impeachment, politicamente improváveis, mas na possibilidade de que decisões controversas e atitudes de alguns ministros fortaleçam uma agenda de mudanças constitucionais capazes de alterar o funcionamento da Corte.

Flávio Bolsonaro (PL), Romeu Zema (Novo) e Renan Santos (Missão) incorporaram ao discurso eleitoral críticas ao chamado ativismo judicial. Cada candidato procura explorar, à sua maneira, o desconforto provocado pela concentração de poderes nas mãos de ministros, pelas decisões individuais sobre questões nacionais e pela percepção de que o Supremo passou a atuar como árbitro, protagonista e interessado em disputas políticas.

Ou seja, o Supremo entrou na campanha eleitoral. Decisões monocráticas, investigações prolongadas, mudanças de jurisprudência e o comportamento político de alguns ministros transformaram a reforma do Judiciário em bandeira da oposição. O problema é que, uma vez aberto esse debate, ninguém sabe exatamente onde poderá desembocar. Flávio, Zema e Renan convergem na avaliação de que o Supremo ultrapassou suas atribuições constitucionais. Ronaldo Caiado (PSD) também tira uma casquinha nesse debate.

A crítica deixou de ser apenas palavra de ordem bolsonarista. Ganha contornos institucionais e alcança setores que não se identificam com a extrema-direita. O plano de Flávio é transformar o STF numa Corte predominantemente constitucional, retirar competências criminais originárias, restringir decisões individuais e estabelecer quarentena para autoridades oriundas do Executivo antes da indicação. Zema propõe idade mínima de 60 anos, mudanças no processo de escolha dos ministros, limitação de decisões monocráticas e redução das matérias julgadas pelo tribunal. Renan explora a mesma insatisfação, embora procure se diferenciar do bolsonarismo, acusando seus adversários de acomodação diante do Supremo.

O debate transbordou os candidatos. A OAB de São Paulo apresentou proposta de mandatos de 12 anos para os ministros e elevação da idade mínima para 50 anos. No Senado, a PEC 51/2023 prevê mandato de 15 anos e também exige idade mínima de 50 anos. A discussão sobre limites, requisitos de ingresso e duração da permanência na Corte não pode ser reduzida simplesmente a uma conspiração contra a democracia.

Parte da responsabilidade por essa mudança de ambiente cabe ao próprio tribunal. O Supremo desempenhou papel fundamental na resistência às ameaças golpistas e na preservação do resultado eleitoral de 2022. Essa atuação, porém, não é uma carta em branco para flexibilizar indefinidamente garantias constitucionais, prolongar investigações excepcionais ou tratar toda crítica como atentado às instituições. Defender a democracia não autoriza seus guardiões a se colocarem acima dos mecanismos de controle constitucional.

O episódio envolvendo o jornalista maranhense Luís Pablo é exemplar. A investigação sobre reportagem a respeito do uso de veículo oficial ligado ao Tribunal de Justiça do Maranhão, em deslocamentos relacionados ao ministro Flávio Dino, ganhou dimensão nacional depois de medidas autorizadas pelo ministro Alexandre de Moraes. O que poderia ser apurado dentro dos limites ordinários da legislação passou a envolver a proteção constitucional do sigilo da fonte e a liberdade de imprensa.

Em vez de reduzir a controvérsia, Moraes e Dino acrescentaram outro ingrediente ao debate ao defenderem a rediscussão da exigência de diploma para o exercício do jornalismo. Em 2009, o próprio Supremo afastou essa obrigatoriedade, por considerá-la incompatível com as liberdades de expressão e informação. Reabrir a discussão no contexto de críticas ao tribunal produz, no mínimo, a impressão de uma reação casuística contra o trabalho jornalístico.

Segurança jurídica

Não se trata de desqualificar a formação universitária, de grande relevância, mas impedir que o Estado estabeleça uma licença prévia para informar. Crimes contra a honra, ameaças e atividades ilícitas podem ser investigados e punidos conforme a legislação existente. Além disso, por si só, diploma não assegura integridade ética, assim como a formação jurídica não impede conflitos de interesse, abusos ou desvios dentro do próprio Judiciário.

Há também um problema de coerência jurídica. Tribunais constitucionais podem rever entendimentos, mas é preciso fundamentação consistente, estabilidade e respeito à segurança jurídica. Quando a jurisprudência parece mudar conforme a conveniência momentânea, em razão das circunstâncias políticas e personagens envolvidos, cresce a percepção de que a interpretação da Constituição se tornou imponderável demais para garantir previsibilidade à sociedade.

O inquérito das fake news, aberto em 2019, sintetiza esse desgaste. Concebido em circunstâncias excepcionais, tornou-se símbolo da concentração de poderes investigatórios e decisórios. Sua duração e o alargamento de seus desdobramentos alimentam questionamentos sérios sobre devido processo legal, competência, transparência e limites da atuação judicial no próprio mundo jurídico. Essa excepcionalidade é a negação do próprio espírito da Constituição, que existe para garantir a segurança jurídica.

Por isso, a eleição para o Senado poderá ser tão importante quanto a disputa presidencial. Em outubro, serão renovadas 54 das 81 cadeiras, correspondentes a dois terços da Casa. Cabe aos senadores sabatar indicados ao Supremo e processar ministros por crimes de responsabilidade. Uma bancada eleita com a promessa de enquadrar a Corte poderá alterar profundamente a relação entre os Poderes.

Isso não significa que os reiterados pedidos de impeachment tenham execução simples. A abertura de um processo depende da condução política do Senado, e uma eventual condenação exige maioria qualificada de dois terços. Transformar o afastamento de ministros em promessa automática de campanha é vender uma solução improvável.